

RELATÓRIO ANUAL VARIG 2002 e 2003



2002 - Relatório Anual

Mensagem da Diretoria Executiva

O exercício de 2002 foi marcado pela fragilidade e pela indecisão do mercado financeiro internacional, que provocaram expressiva retração em diversos setores da economia. Como conseqüência, o fluxo de investimentos externos para o Brasil, tão necessário ao equilíbrio das contas do país, quanto ao desejado crescimento com estabilidade monetária, apresentou significativo recuo em relação aos anos anteriores. Além disto, a forte desvalorização cambial e a redução na demanda por transporte aéreo em todo o mundo, ampliaram as dificuldades da indústria de aviação comercial.

Não obstante o esforço empreendido na insistente busca de investidores e na tentativa de capitalização da empresa, cuja atividade se caracteriza pela dependência de altas aplicações de recursos financeiros, não foi possível alcançar o objetivo perseguido.

Apesar deste cenário desfavorável e do seu elevado endividamento, a VARIG apresentou, no exercício de 2002, ganho de atividade operacional de R\$ 42.679 mil, contra resultado negativo de R\$159.861 no ano anterior. E as pesquisas externas apontaram que a marca VARIG, em 2002, manteve a liderança no mercado nacional, assim como a posição de empresa de bandeira brasileira com a melhor atuação internacional no setor de transporte aéreo.

Parte destas conquistas é conseqüência da reestruturação e da consolidação da rede de linhas domésticas do Grupo, que possibilitou, a partir do segundo semestre, racionalizar custos operacionais e otimizar, ainda mais, os recursos materiais e humanos no atendimento a bordo, nas lojas, nos aeroportos e nos escritórios de vendas.

A manutenção das aeronaves continua sendo prioridade absoluta na Companhia. Através de sua controlada VEM - Varig Engenharia e Manutenção - , que dispõe de modernos e sofisticados Centros de Manutenção em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, mão-de-obra altamente capacitada e tecnologicamente avançada.

A categoria inquestionável da manutenção das aeronaves permite à VARIG manter, permanentemente, importantes atestados de qualidade, emitidos por diversas autoridades aeronáuticas internacionais, entre elas o Joint Aviation Authority (JAA), cujo certificado é exigido pelas empresas aéreas da Comunidade Européia para a contratação de serviços de manutenção, e o Federal Aviation Administration (FAA) dos EUA.

Na atual conjuntura da aviação comercial brasileira é forçoso reconhecer a necessidade de construção e consolidação de um novo marco regulatório da atividade, capaz de fortalecer e aprimorar o desempenho da indústria do transporte aéreo no país. Mesmo com o progresso alcançado nos últimos tempos, persiste, ainda, a necessidade de se avançar na busca de mecanismos que, somados à capitalização e reestruturação, garantam um futuro de melhor competitividade, crescimento e resultados satisfatórios da Companhia.

2002 - Relatório Anual

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) e suas controladas exploram comércio concessão ou autorização dos poderes públicos competentes, transportes aéreos em bagagens, encomendas, cargas e malas postais, através de linhas e serviços aéreos internacionais e prestam serviços de manutenção em aeronaves civis e militares, com conservação de máquinas e equipamentos, consultoria técnica, desenvolvimento e engenharia e de programas de treinamento e formação técnica.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Controladora

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Consolidado

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações apresentam os saldos das contas da Companhia e das seguintes subsidiárias: Logística S.A., PLUNA Líneas Aereas Uruguayas S.A. e VEM - Varig Engenharia e Manutenção. As demonstrações financeiras da empresa sediada no exterior são preparadas seguindo práticas contábeis compatíveis com aquelas adotadas pela controladora e são convertidas para reais às taxas de câmbio vigentes nas datas de encerramento dos exercícios.

A participação dos acionistas minoritários foi destacada nas demonstrações financeiras consolidadas e as transações intercompanhias estão eliminadas na consolidação.

c) Ajustes do exercício anterior

Segundo determinações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, contidas no Ofício/CVM 166, de 25 de março de 2003, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo dezembro de 2001 foram ajustadas para refletir os seguintes eventos:

<u>Descrição do ajuste</u>	R\$
Baixa de imposto de renda diferido ativo, líquido, constituído ente 1998 e 2001	272
Provisão para perda na realização de crédito tributário, representado por ICMS a recuperar, constituído entre 1996 e 2001	817
Baixa de ativo diferido	<u>40</u>
Total dos débitos ao resultado de 2001	<u>1.129</u>

Adicionalmente, o valor de R\$392.506, referente à constituição de provisão para contingência reclassificado da conta "Resultado não operacional" para "Outras receitas (despesas) operacionais", ainda, segundo determinação da CVM, as demonstrações financeiras de 2001 foram ajustadas e republicadas em conjunto com aquelas referentes ao exercício de 2002.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação contábil

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses da data do balanço são contabilizados a longo prazo.

b) Caixa e equivalentes

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos acumulados nas datas dos balanços patrimoniais.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída de acordo com a avaliação do grau de realização dos créditos com os clientes, de empresas em processo de falência, concordata ou cobrança judicial, sendo o seu montante suficiente para cobertura de eventuais perdas na realização das contas a receber.

d) Transações em moeda estrangeira

São contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas dos balanços patrimoniais.

e) Ganhos ou perdas na conversão de demonstração financeira

Ganhos ou perdas na conversão de demonstração financeira de empresa sediada no exterior, decorrentes da oscilação do real em relação ao dólar norte-americano, são alocados a receitas ou despesas financeiras.

f) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Contas sujeitas à atualização monetária são atualizadas com base nos índices definidos no contrato.

g) Estoques

São avaliados pelo custo médio das compras ou de produção, ou valor de mercado, entre os dois. O custo de mercado é o atual custo de aquisição das peças de reposição. As importações em estoque são registradas pelos custos incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos são apresentados pelo custo de aquisição e, se aplicável, deduzidos de provisão necessária para adequá-los ao valor provável de realização.

j) Imobilizado

É avaliado pelo custo, acrescido de reavaliações, corrigido monetariamente até 31 de dezembro. Depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada. Melhorias nos bens existentes são capitalizadas, enquanto custos de manutenção e reparos são registrados no resultado. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados às imobilizações em andamento.

k) Diferido

É reconhecido pelo custo e composto em 2001, principalmente por variações cambiais acumuladas no trimestre de 1999 e durante o exercício de 2001. As amortizações são efetuadas em períodos de quatro anos, para as variações cambiais, a cinco anos, para os demais itens.

l) Financiamentos

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos até as datas de encerramento dos exercícios.

m) Contratos de arrendamento de aeronaves

Os custos com arrendamento de aeronaves, cujos contratos estabeleçam opção de compra, são registrados no resultado em virtude do valor de suas respectivas contraprestações e da vida útil estimada das aeronaves. O excesso da contraprestação em relação à parcela mensal de depreciação é registrado no resultado e será amortizado no período compreendido entre o término do contrato de arrendamento mercantil e o fim da vida útil estimada das aeronaves.

n) Imposto de renda e contribuição social

São computados com base nas disposições da legislação vigente, às alíquotas aplicáveis. Os ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporais na extensão em que a sua realização seja provável.

o) Provisões

A provisão para revisão e reparos de equipamentos de vôo é constituída com base nas horas de voo e representa cobertura dos custos a realizar com manutenções futuras.

A provisão para o Programa Smiles é constituída com base na estimativa de conversão em milhas voadas para suprir o transporte de passageiros com direito ao prêmio Smiles.

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e criminais em instâncias administrativa e judicial, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores jurídicos e melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes em balanços patrimoniais.

p) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores de realização exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

q) Reconhecimento da receita

As receitas de vendas são reconhecidas quando da efetiva prestação de serviços, e os valores correspondentes àquelas, cujos serviços não foram prestados, permanecem na conta "Transferências a Receber".

executar" no passivo circulante.

r) Plano de pensão

A Companhia e suas controladas, exceto a PLUNA, patrocinam planos de contribuição e benefícios para seus funcionários. Os custos correntes, referentes ao plano de contribuição definida, são contabilizados pelo regime de custos estimados dos benefícios definidos são provisionados de acordo com a expectativa de vida do funcionário.

s) Prejuízo por ação

Calculado com base no número de ações em circulação nas datas dos balanços patrimoniais.

t) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas relacionadas com ativos e passivos reportados, divulgação de ativos e passivos contingentes nas demonstrações financeiras e montantes reportados de receitas e despesas para os respectivos períodos. Resultados reais podem diferir dessas estimativas.

2002 - Relatório Anual

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Diretores e Acionistas da
"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense)
Porto Alegre - RS

1. Examinamos os balanços patrimoniais individual (controladora) e consolidado da "VARIG" (Viação Aérea Rio-Grandense) e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo em aquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações, a natureza contábil e de controles internos das Sociedades; (b) a constatação, com base em testes, da validade dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação da razoabilidade e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Sociedades. A apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Conforme descrito na nota explicativa nº 13, a Companhia optou pelo diferimento de valores de provisões líquidas apuradas no primeiro trimestre de 1999 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2002. As práticas contábeis geralmente adotadas no Brasil requerem que os efeitos de flutuações não sejam reconhecidos no resultado do período em que ocorrerem. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2002, o saldo total diferido foi amortizado e, conseqüentemente, o prejuízo líquido em 31 de dezembro de 2002 nessa data está a maior em R\$209.805 mil.

4. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto comentado no parágrafo 3, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da "VARIG", S.A. (Viação Aérea Brasileira) controladas em 31 de dezembro de 2002, o resultado de suas operações e as origens e aplicações dos recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil.

5. A Companhia apresentou um prejuízo líquido de R\$2.867.534 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2002 e, nessa data, o seu passivo circulante excedia seu ativo circulante em R\$4.520.075 mil. Adicionalmente, naquela data a Companhia apresentou um passivo inadimplente em relação a obrigações relacionadas, principalmente, a empréstimos, financiamentos, arrendamento de aeronaves e tributos, e as projeções de seu fluxo de caixa indicam a necessidade de captação de relevantes recursos no curto prazo para possibilitar a manutenção das suas atividades que estão sendo desenvolvidas pela Administração para o restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro e da posição patrimonial da Companhia, a recuperação da sua lucratividade e a geração de caixa incluem, entre outras, renegociações com arrendadoras de aeronaves e principais fornecedores, objetivando o alongamento e a reestruturação de suas dívidas, a readequação da sua frota, a revisão do seu quadro funcional, a revisão das rotas e freqüências oferecidas e a análise de viabilidade de suas operações com empresa congênere. A continuidade dos negócios da Companhia depende das medidas que estão sendo tomadas pela Administração. As demonstrações financeiras de dezembro de 2002 não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.

6. As informações suplementares contidas no Quadro I, referentes às demonstrações do fluxo de caixa, apresentadas com o objetivo de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras básicas em conjunto.

7. Os ajustes efetuados nas demonstrações financeiras de 2001, descritos na nota explicativa nº 2.c, por nós examinados de acordo com os procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente computados e contabilizados. Nesses ajustes estão incluídos ajustes de crédito tributário de ICMS a recuperar, objeto do comentário mencionado no parágrafo 8.

8. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001, mencionados na nota explicativa nº 2.c, foram examinadas por outros auditores independentes de auditoria, datado de 10 de março de 2002, incluiu ressalva referente ao assunto descrito no parágrafo de ênfase correspondente ao assunto mencionado no parágrafo 5 e parágrafo d, relativo à realização de créditos tributários representados por Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a recuperar.

Porto Alegre, 31 de março de 2003

(exceto as notas explicativas nº 29.d e nº 29.e, para as quais as datas são, respectivamente, 30 de março e 30 de abril de 2003)

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Samuel de Paula Matos
Auditores Independentes Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 S/RS CRC nº 1 SP 114777/O-2 S/RS

2003 - Relatório Anual

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da "VARIG", S/A (Viação Aérea Rio-Grandense) no cumprimento de suas obrigações estatutárias e legais, em reunião realizada em 29.03.04, para analisar as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003, decidiu examinar e dar parecer sobre citadas demonstrações.

Assim, foram examinados o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados e a Demonstração da Origem e Aplicação de Recursos, bem como as notas explicativas ao exercício de 2003. Diante disso, baseado nas análises dos balancetes trimestrais e no Parecer dos Auditores Independentes, este Conselho Fiscal é de parecer que as referidas demonstrações refletem a situação financeira, a estrutura patrimonial e os resultados das atividades e, em decorrência, opina pela aprovação das citadas demonstrações pela Assembléia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 29 de Março de 2004.

João Carlos Hopp
Geraldo Gianini
Fabrício Nedel Scalzilli

2003 - Relatório Anual

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

"VARIG", S.A. (VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE)				
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)				
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002				
(Em milhares de reais)				
	Capital social realizado	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001	248.514	106.327	(878.039)	(523.198)
Ajustes retroativos (vide nota explicativa nº 2.b))	-	-	(1.129.343)	(1.129.343)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001	248.514	106.327	(2.007.382)	(1.652.541)
Realização da reserva de reavaliação	-	(12.043)	12.043	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(2.867.534)	(2.867.534)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002	248.514	94.284	(4.862.873)	(4.520.075)
Realização da reserva de reavaliação	-	(10.978)	10.978	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(1.836.850)	(1.836.850)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	248.514	83.306	(6.688.745)	(6.356.925)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

"VARIG", S.A. (VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE)				
DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS				
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002				
(Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002

ORIGENS DE RECURSOS				
De terceiros:				
Financiamento a longo prazo	524.940	-	524.940	-
Transferências do curto prazo para o exigível a longo prazo	238.742	-	302.854	-
Redução do realizável a longo prazo	48.771	25.006	48.771	14.381
Total das origens	812.453	25.006	876.565	14.381
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
Nas operações (vide abaixo)				
Acréscimos do ativo permanente:				
Investimentos	84.451	202.676	30	-
Imobilizado técnico	-	25.214	76.945	83.426
Transferências do curto prazo para o ativo permanente	-	17.472	-	-
Transferências do curto prazo para o realizável a longo prazo	-	81.813	-	-
Aumento do realizável a longo prazo	335.077	-	422.402	
Redução do exigível a longo prazo	75.238	100.427	88.311	77.608
Total das aplicações	600.424	1.355.081	628.666	1.201.166
REDUÇÃO (AUMENTO) NA INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE				
	212.029	(1.330.075)	247.899	(1.186.785)
REPRESENTADA POR				
Capital circulante no fim do exercício:				
Ativo circulante	1.015.781	1.207.315	1.506.462	1.614.787
Passivo circulante	2.999.520	3.403.083	3.292.808	3.649.032
	(1.983.739)	(2.195.768)	(1.786.346)	(2.034.245)
Capital circulante no início do exercício	(2.195.768)	(865.693)	(2.034.245)	(847.460)
REDUÇÃO (AUMENTO) NA INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE				
	212.029	(1.330.075)	247.899	(1.186.785)
DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS NAS				
OPERAÇÕES SOCIAIS				
Prejuízo líquido do exercício	(1.836.850)	(2.867.534)	(1.836.850)	(2.867.534)
Itens que não afetam o capital circulante líquido:				
Depreciações e amortizações	27.470	31.054	72.600	74.697
Amortização da variação cambial diferida	-	209.806	-	209.806
Variações monetárias de créditos e obrigações a longo prazo	(89.681)	274.632	(89.681)	274.632
Resultado de participações	22.060	158.538	-	-
Baixa de imobilizado	77.551	90.034	106.974	111.347
Baixa de investimentos	-	8.718	-	2.710
Baixa de créditos tributários e outros	-	78.160	-	78.160
Constituição de provisões para contingências	1.693.792	1.089.113	1.702.072	1.090.388
Participação de minoritários	-	-	1.177	(30.240)
Outros resultados	-	-	2.730	15.902
RECURSOS GERADOS DAS (APLICADOS NAS) OPERAÇÕES				
	(105.658)	(927.479)	(40.978)	(1.040.132)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

2003 - Relatório Anual

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense)

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002 e Parecer dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Diretores da

"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense)

Porto Alegre - RS

1. Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidados da "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Companhias; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Companhias, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. A Companhia optou pelo diferimento de variações cambiais líquidas apuradas no primeiro trimestre de 1999 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2001. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que os efeitos de flutuações nas taxas de câmbio sejam reconhecidos no resultado do período em que ocorrerem. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2002, o saldo total diferido foi amortizado e, conseqüentemente, o prejuízo do exercício findo nessa data está a maior em R\$209.805 mil.

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) e controladas em 31 de dezembro de 2003 e de 2002 e, exceto pelos efeitos do assunto comentado no parágrafo 3, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido (passivo a descoberto) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. A Companhia vem apresentando expressivos prejuízos líquidos, e em 31 de dezembro de 2003 o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$1.983.739 mil e o passivo a descoberto era de R\$6.356.925 mil. Adicionalmente, as projeções do fluxo de caixa da Companhia indicam a necessidade de captação de relevantes recursos no curto prazo para possibilitar a manutenção de suas atividades. As ações que estão sendo desenvolvidas pela Administração para a superação das atuais dificuldades estão descritas na nota explicativa nº 1. Em 31 de dezembro de 2003, a Companhia possuía saldo líquido a receber, de R\$278.262 mil, de empresas relacionadas que também apresentam dificuldades operacionais e, conseqüentemente, a realização desse ativo é incerta. A continuidade dos negócios da Companhia dependerá do sucesso das medidas que estão sendo tomadas pela Administração e, portanto, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2003 não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. São Paulo, 22 de março de 2004

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	Ismar de Moura
Auditores Independentes	Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8	CRC nº 1 SP 179631/O-2 S/RS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

"VARIG", S.A. (VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) e suas controladas exploram comercialmente, mediante concessão ou autorização dos poderes públicos competentes, transportes aéreos em geral, de passageiros, bagagens, encomendas, cargas e malas postais, através de linhas e serviços aéreos domésticos e internacionais, e prestam serviços de manutenção em aeronaves civis e militares, consertos, restauração e conservação de máquinas e equipamentos, consultoria técnica, desenvolvimento e execução de projetos de engenharia e de programas de treinamento e formação técnica.

A FRB-Par Investimentos S.A., controladora da "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense), VARIG Participação em Transportes Aéreos S.A. e VARIG Participação em Serviços Complementares S.A., e a TAM S.A., controladora da TAM Linhas Aéreas S.A., assinaram, em 6 de fevereiro de 2003, um Protocolo de Entendimentos objetivando uma solução conjunta para as dificuldades enfrentadas pelas empresas, em virtude da grave crise que afeta a indústria de aviação comercial. O Protocolo contempla a possível criação de uma nova empresa, cujo capital seria integralizado com as participações acionárias das suas assinantes nas entidades acima indicadas. Ainda como resultado do Protocolo, as empresas operacionais estão, desde 10 de março de 2003, utilizando-se do sistema de compartilhamento de vôos ("code sharing") e efetuaram uma reorganização parcial de suas rotas e frequências.

Estudos desenvolvidos pelas empresas e seus assessores culminaram na apresentação ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em 10 de fevereiro de 2004, de uma proposta de ações que contribuiriam para a evolução da associação entre as empresas, prevista no Protocolo de Entendimentos. As principais ações contempladas, que reconhecem as mudanças no cenário da indústria da aviação civil desde a data de assinatura do Protocolo de Entendimentos até a apresentação ao CADE, são:

1. Criação de uma sociedade prestadora de serviços (gerenciamento dos vôos compartilhados), com pequeno quadro de funcionários e controle igualmente distribuído entre as assinantes do Protocolo de Entendimentos, cujos objetivos serão:

- Aprimorar a integração das empresas, no que se refere ao sistema de compartilhamento de vôos.
- Acelerar a transferência de benefícios aos consumidores, principalmente através da aceitação recíproca de bilhetes nas rotas compartilhadas.

2. Manutenção das atuais estruturas societárias e gestão individual das empresas operacionais por um prazo estimado em até 24 meses. Nesse período será avaliada a viabilidade de uma futura fusão de ativos e passivos das empresas.

Em adição aos entendimentos com empresa congênere, anteriormente resumidos, a Administração da Companhia implementou uma série de ações para o restabelecimento do seu equilíbrio econômico-financeiro e da sua posição patrimonial, a recuperação da sua lucratividade e a necessária geração de caixa. Entre outras, as principais ações adotadas incluem renegociações com arrendadoras de aeronaves e principais fornecedores objetivando o alongamento e a reestruturação de suas dívidas, a readequação da sua frota de aeronaves e do seu quadro funcional e o Pedido de Parcelamento Especial de tributos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Controladora

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

b) Consolidado

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações apresentam os saldos das contas da Companhia e das seguintes empresas: VARIG Logística S.A., PLUNA Líneas Aéreas Uruguayas S.A. e VEM - Varig Engenharia e Manutenção S.A. As demonstrações financeiras da empresa sediada no exterior são preparadas seguindo práticas contábeis compatíveis com aquelas adotadas pela controladora e são convertidas para reais às taxas de câmbio vigentes nas datas de encerramento dos exercícios.

A participação dos acionistas minoritários foi destacada nas demonstrações financeiras consolidadas e os saldos e as transações intercompanhias estão eliminados na consolidação.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação contábil

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses da data do balanço são considerados como de longo prazo.

•b) Disponibilidades

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída de acordo com a avaliação do grau de risco de realização dos créditos com os clientes, incluindo créditos de empresas em processo de falência, concordata ou cobrança judicial, sendo o seu montante considerado suficiente para a cobertura de prováveis perdas na realização das contas a receber.

d) Transações em moeda estrangeira

São contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas de encerramento dos exercícios.

e) Ganhos ou perdas na conversão de demonstrações financeiras

Ganhos ou perdas na conversão de demonstrações financeiras de empresa sediada no exterior, decorrentes da oscilação do real em relação ao dólar norte-americano, são alocados a receitas ou despesas financeiras.

f) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Contas sujeitas à atualização monetária são atualizadas com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

g) Estoques

São avaliados pelo custo médio das compras ou de produção, ou pelos valores de mercado ou de reposição, entre esses o que for menor. A provisão para obsolescência é registrada para os itens de consumíveis.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são apresentados pelo custo de aquisição e, se aplicável, deduzidos de provisão para perda necessária para torná-los adequados ao valor provável de realização.

j) Imobilizado

É avaliado pelo custo, acrescido de reavaliações, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens. Melhorias nos bens existentes são capitalizadas, enquanto custos de manutenção e reparos são lançados no resultado. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados às imobilizações em andamento.

k) Financiamentos

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até as datas de encerramento dos exercícios.

l) Contratos de arrendamento de aeronaves

Os custos com arrendamento de aeronaves, cujos contratos estabeleçam opção de compra, são reconhecidos no resultado em virtude do valor das respectivas contraprestações e da vida útil estimada das aeronaves. O excesso da contraprestação em relação à parcela mensal de depreciação é registrado no ativo imobilizado e será amortizado no período compreendido entre o término do contrato de arrendamento mercantil e o fim da vida útil estimada das aeronaves.

m) Imposto de renda e contribuição social

São computados com base nas disposições da legislação vigente, às alíquotas aplicáveis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais na extensão em que a sua realização seja provável.

n) Provisões

A provisão para revisão e reparos de equipamentos de vôo é constituída com base nas horas voadas e representa cobertura dos custos a realizar com manutenções futuras.

A provisão para o Programa Smiles é constituída com base na estimativa de conversão em prêmios das milhas voadas para suprir o transporte de passageiros com direito ao prêmio Smiles.

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativa e judicial, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas de encerramento dos exercícios.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

p) Reconhecimento da receita

As receitas de vendas são reconhecidas por ocasião da efetiva prestação de serviços, e os valores correspondentes àquelas cujos serviços ainda não foram prestados permanecem na conta "Transportes a executar" no passivo circulante. Em decorrência da integração das atividades operacionais da Companhia com as empresas relacionadas Rio Sul Linhas Aéreas S.A. e Nordeste Linhas Aéreas S.A., as receitas globais auferidas são distribuídas entre as empresas substancialmente em virtude da participação de cada uma delas no total da frota combinada.

q) Plano de pensão

A Companhia e suas controladas, exceto a PLUNA Líneas Aéreas Uruguayas S.A., patrocinam um plano de contribuição definida para seus funcionários. Os custos correntes, relativos ao plano de contribuição definida, são determinados pelo montante da contribuição requerida para o período e contabilizados pelo regime de competência.

r) Prejuízo por ação

Calculado com base no número de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

s) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas e adote premissas relacionadas com ativos e passivos reportados, divulgação de ativos e passivos contingentes nas datas das demonstrações financeiras e montantes reportados de receitas e despesas para os respectivos períodos. Resultados reais podem diferir dessas estimativas.

t) Demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparação.

4. Disponibilidades

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Caixa e bancos	123.974	75.218	137.517	77.933
Aplicações financeiras:				
Em reais:				
Fundos de investimento	398	4.335	398	22.254
CDB	-	1.853	-	1.853
Debêntures	-	-	8.652	-
Em dólares norte-americanos:				
"Overnight"	13.401	13.525	13.401	13.525
	137.773	94.931	159.968	115.565

As aplicações financeiras em reais em 31 de dezembro de 2003, totalizando R\$398 na controladora e no consolidado, foram caucionadas como garantia de empréstimos obtidos.

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
No país	473.798	518.833	601.893	594.095
No exterior	235.317	361.325	313.276	468.746
Outros valores a receber no exterior	57.878	63.399	57.878	63.399
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(148.817)	(97.815)	(175.683)	(117.402)
	618.176	845.742	797.364	1.008.838

Recebíveis de vendas de passagens aéreas foram oferecidos como garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures. Em 31 de dezembro de 2003, R\$15.826 (R\$10.542 em 2002) estão caucionados para pagamentos de dívidas.

6. DEPÓSITOS ESPECIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Garantia de contratos de arrendamento	141.124	241.512	142.799	248.203
Garantia para aquisição de aeronaves	-	-	6.656	-
Garantia de manutenção	1.883	51.718	1.883	55.304
Depósitos judiciais	54.481	39.603	55.570	40.178
Outros depósitos	33.857	11.921	40.767	11.921
	231.345	344.754	247.675	355.606
Menos- Parcela de curto prazo	(43.300)	(52.452)	(57.772)	(63.304)

Realizável a longo prazo	188.045	292.302	189.903	292.302
--------------------------	---------	---------	---------	---------

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Materiais de serviço de bordo	11.973	18.133	13.539	18.133
Consumíveis	7.148	2.041	105.291	94.147
Materiais diversos	4.316	4.403	4.558	12.109
Ordens de trabalho - terceiros	-	-	51.465	43.830
Provisão para obsolescência	(1.666)	(1.667)	(1.776)	(5.545)
	21.771	22.910	173.077	162.674

8. PAGAMENTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Prêmio de seguros	30.470	46.966	31.824	47.895
Comissões de vendas a apropriar	103.430	67.482	107.357	74.071
Adiantamento a prestadores de serviços	20.356	31.080	28.446	32.712
Comissão de financiamento	2.645	3.484	2.645	3.484
Outros	4.771	3.937	9.242	6.375
	161.672	152.949	179.514	164.537

9. INVESTIMENTOS

a) Valores dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Em sociedades controladas:				
VARIG Logística S.A.	5.738	17.202	-	-
PLUNA Líneas Aéreas Uruguayas S.A.	14.466	10.614	-	-
VEM - Varig Engenharia e Manutenção S.A.	488.950	418.976	-	-
Outros	14.336	14.928	14.336	14.928
	523.490	461.720	14.336	14.928

b) Informações relevantes relativas às controladas diretas são sumarizadas a seguir:

	2003					2002			
	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	Equivalência patrimonial	Participação no capital social - %	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido do exercício	Equivalência patrimonial	
VARIG Logística S.A.	231.832	5.792	(11.573)	(11.464)	99,06	17.365	(131.444)	(130.208)	
PLUNA Líneas Aéreas Uruguayas S.A.	10.436	29.522	2.523	1.236	49,00	21.661	(56.871)	(27.867)	
VEM - Varig Engenharia	501.294	488.999	(11.833)	(11.832)	99,99	419.018	(463)	(463)	

e Manutenção S.A.								
				(22.060)				(158.538)

Em 28 de dezembro de 2001, a controladora integralizou capital na controlada VEM - Varig Engenharia e Manutenção S.A. com o aporte de estoques, bens e equipamentos, avaliados em R\$419.381 por peritos independentes. A diferença entre os valores contábeis dos bens e equipamentos aportados e seus valores de avaliação, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$106.327, foi considerada na controladora como reserva de reavaliação por representar resultado não realizado.

Outros investimentos estão representados, principalmente, por imóveis, os quais estão arrendados a terceiros. Os imóveis estão registrados pelos valores líquidos de depreciação.

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas consolidadas são como segue:

Os ativos de curto prazo referem-se principalmente à prestação de serviços referentes a serviços de transporte de passageiros e carga.

Os passivos de curto prazo referem-se, sobretudo, à prestação de serviços de transporte de passageiros e cargas, serviços auxiliares de pista e manuseio de carga, serviços de sistemas informatizados para reservas e emissão de passagens aéreas e serviços de hospedagem.

Os ativos de longo prazo referem-se a adiantamento para futuro aumento de capital na empresa relacionada Amadeus Brasil Ltda., empréstimos de mútuo por assunção de dívida da Rio Sul Linhas Aéreas S.A. e da Nordeste Linhas Aéreas S.A. com a INFRAERO e empréstimo de mútuo, com juros anuais variando entre 100% e 101% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - taxa DI, acrescidos de 0,5% ao mês.

Os passivos de longo prazo referem-se à comissão de aval sobre garantias prestadas na captação de empréstimos e financiamentos e empréstimos de mútuo, com juros anuais de 100% da taxa DI, acrescidos de 0,5% ao mês.

As transações que a Companhia efetua com partes relacionadas têm bases semelhantes às aquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos e riscos envolvidos.

11. MOBILIZADO

		Controladora			Consolidado		
		2003		2002	2003	2002	
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Imobilizado técnico:							
Equipamentos de vôo	3,3 a 20	115.297	(99.801)	15.496	17.300	337.864	342.672
Benfeitoria em aeronaves de terceiros	5 a 20	35.826	(27.677)	8.149	8.647	8.207	9.095
Equipamento de treinamento e simuladores de vôo	10 a 14,2	8.231	(7.886)	345	392	345	392
Arrendamento de aeronaves	-	60.477	-	60.477	96.981	60.477	96.981
Equipamentos e instalações	10 a 20	155.109	(120.642)	34.467	40.337	70.364	85.840
Veículos	20	6.899	(6.600)	299	506	378	889
Imóveis	4 a 11	57.618	(42.185)	15.433	16.991	19.945	17.914

Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 a 25	212.385	(180.386)	31.999	39.287	62.604	45.633
		651.842	(485.177)	166.665	220.441	560.184	599.416
Imobilizações em andamento	-	41.492	-	41.492	32.433	42.054	42.686
		693.334	(485.177)	208.157	252.874	602.238	642.102

A conta "Arrendamento de aeronaves" registra o excesso da contraprestação dos custos com arrendamento mercantil de aeronaves, cujos contratos estabeleçam opção de compra, em relação à parcela mensal de depreciação registrada no ativo imobilizado para posterior amortização no período compreendido entre o término do contrato de arrendamento mercantil e o fim da vida útil estimada das aeronaves, conforme descrito na nota explicativa nº 3.I).

A conta "Equipamentos de vôo" do consolidado inclui o montante líquido de R\$126.222 (R\$142.855 em 2002), decorrente de avaliação a valor de mercado por ocasião do aporte de capital efetuado pela controladora na controlada VEM - Varig Engenharia e Manutenção S.A. Os valores correntes desses ativos foram suportados por avaliação técnica realizada por especialistas independentes, e as taxas de depreciação dos bens reavaliados foram determinadas com base na estimativa da vida útil revisada dos bens, de acordo com o laudo de avaliação.

O efeito futuro de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho de capital resultante do aporte de capital supramencionado foi integralmente incluído na base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2001.

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora			Consolidado		
	2003			2002	2003	2002
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total	Total	Total
Empréstimos e financiamentos	384.611	746.912	1.131.523	1.290.738	1.157.358	1.351.643
Financiamento de taxas e contribuições	60.277	885.762	946.039	470.546	946.039	470.546
Refinanciamentos de arrendamento mercantil	95.920	78.046	173.966	281.486	173.966	281.486
Debêntures	61.704	172.498	234.202	149.863	234.202	149.863
	602.512	1.883.218	2.485.730	2.192.633	2.511.565	2.253.538

Os saldos apresentados incorporam juros incorridos de R\$24.323 (R\$142.682 em 2002), exigíveis a curto prazo.

a) Os empréstimos e financiamentos estão representados por:

	Controladora			
	2003			2002
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total
Capital de giro:				
Moeda estrangeira:				
Orix Corp. (USA): Juros anuais de 3% acima da taxa interbancária de Londres - LIBOR, pagáveis semestralmente até junho de 2005, garantidos por recebíveis de cartões de crédito no Japão	54.645	9.036	63.681	130.996
Nissho Iwai (USA): Juros anuais de 2,6% a 3% acima da taxa interbancária	47.554	103.229	150.783	277.715

i) A consolidação e repactuação de débitos no montante de R\$870.364, devidamente atualizados até 20 de março de 2003, dos quais R\$361.492 são de responsabilidade direta da Companhia e os restantes R\$508.872 de responsabilidade direta das empresas relacionadas, com co-responsabilidade e fiança da Companhia.

ii) A confissão, pelas devedoras, dos débitos acima mencionados.

iii) A suspensão da exigibilidade dos débitos até 31 de março de 2004.

iv) O estabelecimento do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV para a atualização monetária. Sobre os saldos atualizados incidirão juros anuais de 6%.

v) Os pagamentos serão efetuados em 217 parcelas mensais, iguais e consecutivas, a partir de 20 de abril de 2004.

vi) Como garantia ao cumprimento das obrigações assumidas, a Companhia oferece ao Aerus a utilização preferencial dos recursos que serão creditados em sua conta corrente nº 411.437-X - Banco do Brasil, agência 1755-8, oriundos de recursos provenientes da venda de passagens aéreas efetuadas através do cartão de crédito American Express - AMEX. Adicionalmente, são oferecidos como garantia: (a) a caução de 5% das ações que a Companhia detém da VEM - Varig Engenharia e Manutenção S.A. e VARIG Logística S.A.; e (b) caução de parte do direito da Companhia de crédito contra a União Federal, reconhecido nos autos da Ação Ordinária nº 93.00.02252-0 em curso no Tribunal Regional Federal da Primeira Região, até o limite do valor pactuado no Instrumento Particular.

vii) Substituição, pelo presente Instrumento Particular, do Terceiro Instrumento Particular de Consolidação e Repactuação de Dívidas, com Pacto Suspensivo de Exigibilidade, Amortizáveis a Termo Certo celebrado entre a Companhia e o Aerus em 15 de junho de 1999, do Instrumento Particular de Cessão Parcial de Débito e Outras Avenças, celebrado entre a Companhia, a VPTA, a VPSC e o Aerus em 6 de junho de 2000 e do Instrumento Particular de Dação em Pagamento Mediante a Transferência de Ações para Quitação Parcial de Dívida, Direito de Recompra e Outras Avenças celebrado entre a Companhia e o Aerus em 12 de junho de 2002.

Os saldos de financiamentos de taxas e contribuições exigíveis a longo prazo, em 31 de dezembro de 2003, têm seus vencimentos como segue:

	Controladora
2005	55.088
2006	50.858
2007	50.858
2008	50.858
2009 em diante	678.100
	885.762

c) Os refinanciamentos de arrendamento mercantil estão demonstrados a seguir:

	2003			2002
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total
Arrendamento financeiro:				
First Security Bank of Utah (USA) - US\$13,7 milhões, pagáveis mensalmente até novembro de 2004, com juros anuais de 4% acima da taxa interbancária de Londres - LIBOR (*)	-	-	-	48.393
Arrendamento operacional:				
International Lease Finance Corp. (USA) - US\$24,6 milhões a serem amortizados semestralmente a partir de abril de 2001 até outubro de 2007, com juros anuais de 4% acima da taxa interbancária de Londres - LIBOR	20.960	38.269	59.229	86.949
Morgan & Metlife (USA) - US\$9,5 milhões a serem	8.316	15.963	24.279	33.570

amortizados semestralmente a partir de maio de 2001 até outubro de 2007, com juros anuais de 2% acima da taxa interbancária de Londres - LIBOR				
PLM Worldwide (USA) - US\$6,7 milhões a serem amortizados mensalmente a partir de outubro de 2002 até setembro de 2004, com juros anuais de 5%	11.494	-	11.494	23.769
Sunrock - US\$2,1 milhões a serem amortizados mensalmente a partir de maio de 2002 até maio de 2006, com juros anuais de 8% acima da taxa interbancária de Londres - LIBOR semestral	4.198	2.098	6.296	7.591
Mitsui (Japan) - US\$2,0 milhões a serem amortizados semestralmente a partir de março de 2000 até dezembro de 2007, com juros anuais de 2,6% acima da taxa interbancária de Londres - LIBOR trimestral	635	15.793	16.428	6.334
CIT (USA) - US\$1,8 milhão a ser amortizado mensalmente a partir de abril de 2002 até novembro de 2005, com juros anuais de 8%	4.555	1.366	5.921	6.512
ING (USA) - US\$1,9 milhão a ser amortizado mensalmente a partir de abril de 2002 até março de 2006	1.618	1.733	3.351	6.703
GATX (USA) - US\$1,2 milhão a ser amortizado mensalmente a partir de maio de 2002 até março de 2006, com juros anuais da taxa interbancária de Londres - LIBOR mensal	3.880	1.088	4.968	4.319
Outros	40.264	1.736	42.000	57.346
	95.920	78.046	173.966	281.486

A Companhia está em processo de negociação com arrendadores sobre os refinanciamentos anteriormente descritos. Como consequência, as condições contratuais presentes, como datas de vencimento e encargos, estão sujeitas a alterações que não podem ser presentemente determinadas. Assim sendo, não foram provisionados encargos adicionais que seriam devidos, assumindo-se a manutenção das atuais condições contratuais.

d) As debêntures emitidas pela Companhia estão demonstradas como segue:

	2003				2002
	Valor emitido	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total
Primeira emissão:					
Primeira série	122.069	24.316	49.121	73.437	97.753
Segunda emissão	-	-	-	-	10.072
Terceira emissão	-	-	-	-	42.038
Quarta emissão:					
Primeira série	101.384	20.281	65.892	86.173	-
Segunda série	57.146	11.431	38.094	49.525	-
Terceira série	27.905	5.676	19.391	25.067	-
	308.504	61.704	172.498	234.202	149.863

Primeira emissão:

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de outubro de 2001, foi aprovada a emissão de 156.085 debêntures, em duas séries. As debêntures da primeira série vencerão em 26 de dezembro de 2006 e as da segunda série foram totalmente liquidadas em 26 de dezembro de 2002.

As debêntures, que foram emitidas sob a forma nominativa escritural, sem emissão de cautelares ou certificados, não são conversíveis em ações e estão sujeitas a juros com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de 4,75% ao ano.

A emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures dessas emissões, por preço não superior ao seu valor nominal unitário, acrescido de remuneração devida e deduzido de amortização efetuada. As debêntures adquiridas poderão ser canceladas ou mantidas em tesouraria.

O agente fiduciário poderá declarar antecipação das obrigações quando:

- Houver liquidação ou decretação de falência da emissora.
- Houver falta de cumprimento de qualquer obrigação, pecuniária ou não, prevista na escritura, não sanada em 90 dias, contados da data em que for recebida notificação do agente fiduciário.
- Ocorrer substituição do BankBoston no convênio de recebíveis da IATA, sem o atendimento da obrigação prevista.

Foram oferecidos como garantias os recebíveis de venda de passagens aéreas realizadas entre o 1º e o 10º dia de cada mês através do órgão IATA-BSP Brasil, as quais correspondem à penhora em primeiro grau.

Segunda emissão:

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 15 de janeiro de 2002, foi aprovada a segunda emissão privada de 40.280 debêntures, em uma única série, as quais foram liquidadas em 2003.

Terceira emissão

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 15 de julho de 2002, foi aprovada a terceira emissão privada de 56.051 debêntures, em uma única série, as quais foram liquidadas em 2003.

Quarta emissão

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2003, foi aprovada a quarta emissão privada de debêntures, em três séries, totalizando R\$207.000.

Primeira e segunda séries

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2003, foram aprovadas a primeira e a segunda séries da quarta emissão privada de 158.530 debêntures, no montante de R\$158.530. As debêntures dessa emissão têm características semelhantes às debêntures da primeira emissão e serão amortizadas em 60 parcelas mensais, iguais e consecutivas, a partir de março de 2003 para a primeira série e abril de 2003 para a segunda série. Os juros, que foram fixados pela variação da TJLP acrescida de 4,75% ao ano, são exigíveis mensalmente com as parcelas de amortização.

Terceira série

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 22 de julho de 2003, foi aprovada a terceira série da quarta emissão privada de 27.905 debêntures no montante de R\$27.905. As debêntures dessa emissão têm características semelhantes às debêntures da primeira emissão e serão amortizadas em 59 parcelas mensais, iguais e consecutivas, a partir de julho de 2003. Os juros, que foram fixados pela variação da TJLP acrescida de 4,75% ao ano, são exigíveis mensalmente com as parcelas de amortização.

Para a primeira, segunda e terceira emissões de debêntures foram oferecidas garantias de recebíveis de venda de passagens aéreas realizadas no terceiro decêndio de cada mês, através do órgão IATA-BSP Brasil, as quais correspondem à penhora em terceiro grau.

As debêntures foram totalmente integralizadas com créditos que a INFRAERO possuía contra a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2003, o cronograma dos vencimentos dos saldos de debêntures a longo prazo é como segue:

	Controladora
2005	61.704
2006	62.193
2007	37.388
2008	11.213
	172.498

13. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os volumes de compromissos decorrentes dos arrendamentos financeiros e operacionais, em 31 de dezembro de 2003, totalizam R\$315.151 e R\$1.814.880, respectivamente, e as parcelas serão devidas nos seguintes períodos:

	Controladora		
	Financeiro	Operacional	Total
2004	105.064	474.909	579.973
2005	54.664	390.817	445.481
2006	148.703	231.513	380.216
2007	6.720	183.568	190.288
2008	-	164.852	164.852
2009 em diante	-	369.221	369.221

14. TAXAS, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Taxas e contribuições por conta de terceiros	106.555	91.373	113.275	103.456
Cofins, PIS e ICMS	78.930	49.472	86.310	78.447
Taxas aeroportuárias	57.756	46.345	65.458	56.210
	243.241	187.190	265.043	238.113

15. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Salários a pagar	30.526	49.130	39.411	69.467
Previdência social	13.016	106.739	68.061	132.136
FGTS	62.978	25.406	74.843	27.207
Contribuições ao Instituto Aerus de Seguridade social	1.355	-	3.125	4.075
	107.875	181.275	185.440	232.885

A Administração da Companhia está buscando alternativas para o parcelamento das contribuições devidas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, incluindo parcelas vencidas no montante de R\$60.356.

16. CONTAS A PAGAR

É a seguinte a composição dos saldos de contas a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002

Reserva de manutenção de aeronaves	42.210	57.490	42.210	57.490
INFRAERO - SUCOTAP (*)	68.875	71.083	68.875	71.083
Notas promissórias a pagar	38.346	18.932	38.910	20.036
Serviços de "handling"	14.843	7.100	14.843	7.100
Congêneres a pagar	18.067	19.566	18.067	25.920
Encargos financeiros com arrendamento	9.733	9.184	9.733	9.184
Adiantamento de serviços prestados	34.281	8.049	52.603	17.272
Prestação de serviços por terceiros	-	29.195	4.184	29.195
Seguros a pagar	37.463	59.902	39.789	62.090
Outras	6.313	6.484	21.686	6.762
	270.131	286.985	310.900	306.132

(*) A Companhia está em processo de negociação com a INFRAERO sobre as faturas não liquidadas e que não fizeram parte das debêntures emitidas em 2003.

17. PROVISÕES DIVERSAS

As provisões diversas estão compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Revisão e reparos de aeronaves	42.262	110.695	42.262	110.861
Férias e encargos	91.486	93.935	112.237	107.936
Programa de milhagem - Smiles	192.352	207.755	192.352	207.755
Provisão para perdas contratuais	-	172.845	-	172.845
Outras	8.484	25.465	8.484	25.465
	334.584	610.695	355.335	624.862
Menos- Parcelas de curto prazo	(334.584)	(437.850)	(355.335)	(452.017)
Exigível a longo prazo	-	172.845	-	172.845

A provisão para perdas contratuais, constituída em 2002 e correspondente à devolução antecipada de aeronaves, foi incluída em renegociações efetuadas com a GE Capital Services Aviation Inc. e reclassificada para a conta "Empréstimos e financiamentos".

18. FINANCIAMENTOS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS

A composição dos financiamentos de obrigações fiscais é como segue:

	2003	
	Controladora	Consolidado
PAES - Receita Federal	1.544.551	1.571.849
PAES - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	1.616.377	1.616.377
Parcelamento Cofins	-	27.189
Parcelamento ICMS	1.096	14.338
Parcelamento ISS	3.398	9.537
Parcelamento PIS	-	8.656
Parcelamento IRPJ	-	1.012
	3.165.422	3.248.958
Menos- Parcelas de curto prazo	(220.259)	(233.999)
Exigível a Longo prazo	2.945.163	3.014.959

Parcelamento especial - PAES - Receita Federal e INSS

Em 30 de julho de 2003, com base na Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, a Companhia e suas controladas ingressaram com Pedido de Parcelamento Especial - PAES na Secretaria da Receita Federal e no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referente a obrigações de INSS, Cofins, Finsocial, CPMF, IRPJ, PIS e CSSL vencidos nos períodos-base anteriores a janeiro de 2003. Como vários desses tributos

havia, anteriormente, sido compensados com tributos da mesma natureza, para determinar os valores a serem incluídos no PAES a Companhia desconsiderou as compensações feitas e calculou, retroativamente, as multas e a atualização com base na variação da taxa Selic. Como consequência da adesão da Companhia ao PAES, o saldo devedor do parcelamento de impostos e encargos sociais em aberto em 31 de janeiro de 2003 também foi consolidado no novo parcelamento. Em 31 de agosto de 2003, o valor total parcelado foi de R\$3.120.157, a ser pago em 180 prestações mensais a partir de setembro de 2003, acrescido de juros correspondentes à variação mensal da TJLP.

Na data de apresentação destas demonstrações financeiras, a Companhia estava inadimplente em relação às parcelas do PAES referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2004. Adicionalmente, certos tributos correntes não vêm sendo recolhidos nas respectivas datas de vencimento.

b) Parcelamento de impostos federais e municipais

Durante o exercício de 2003, a Companhia e suas controladas obtiveram autorização para o parcelamento de suas obrigações referentes a Cofins, PIS, IRPJ, CSLL e ISS vencidas nos períodos anteriores a junho de 2002. O parcelamento foi efetuado em prestações variando de 30 a 60 meses a partir de novembro de 2003, as quais são acrescidas de juros de 1% sobre o valor do principal e atualização monetária mensal calculada com base na variação da taxa Selic.

c) Parcelamento de ICMS

Durante o exercício de 2003, com base na Lei nº 4.246, de 16 de dezembro de 2003, e no Decreto nº 45.490, de 30 de novembro de 2000, a Companhia e suas controladas ingressaram com pedido de parcelamento de seus débitos de ICMS nas Secretarias de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro e de São Paulo, vencidos entre os períodos de apuração de abril de 2001 e outubro de 2003, sendo os saldos devedores, quando aplicável, atualizados pela UFIR-RJ ou UFESP mais taxa Selic, acrescidos de multa. O saldo devedor do parcelamento do ICMS do Rio de Janeiro será pago em 60 prestações mensais a partir de 31 de janeiro de 2004. A Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro deferiu o pedido de parcelamento em 22 de dezembro de 2003 e o pedido à Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo está pendente de homologação.

Não obstante o PAES e o pedido de parcelamento de ICMS do Estado de São Paulo e os respectivos valores apresentados pela Companhia não terem sido homologados até a data de apresentação destas demonstrações financeiras, a dívida declarada foi classificada no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2003 assumindo a sua aceitação pelas autoridades competentes e considerando-se o prazo de liquidação estabelecido pelos programas.

Os saldos de financiamentos de obrigações fiscais exigíveis a longo prazo, em 31 de dezembro de 2003, têm seus vencimentos como segue:

	Controladora
2005	202.870
2006	201.887
2007	201.887
2008	201.887
2009 em diante	2.136.632
	2.945.163

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2003, foi provisionado o montante de R\$632.348 (R\$1.855.299 em 2002), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Tributos não recolhidos por força de ações em andamento	531.687	1.675.052	531.687	1.675.156
Trabalhista	100.661	77.946	104.166	79.375
Outras, tributárias	-	102.301	2.337	102.301
	632.348	1.855.299	638.190	1.856.832

Tributos não recolhidos por força de ações em andamento

A Companhia está questionando, administrativa e judicialmente, a constitucionalidade da natureza, a composição da base de cálculo, as modificações de alíquotas e a expansão da base de cálculo de alguns tributos, objetivando assegurar o não-recolhimento ou a recuperação de valores julgados indevidos no passado.

As seguintes principais ações estão em andamento:

- O Departamento de Aviação Civil - DAC, por meio de Portaria emitida em outubro de 1999, passou a exigir o recolhimento de contribuição ao Fundo Aeroviário - FA equivalente a 1% das tarifas constantes dos bilhetes emitidos, estendendo a exigibilidade para as empresas de aviação regionais. Anteriormente, a alíquota exigida era de 3%. A Companhia está questionando judicialmente a cobrança de referida contribuição e, baseada em liminar obtida, não efetuou os recolhimentos correspondentes ao período de maio de 1999 a dezembro de 2003. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, montam a R\$145.525 em 31 de dezembro de 2003 (R\$96.815 em 2002) e estão provisionados.

ii) Seguro de Acidente de Trabalho - SAT - A Companhia ingressou em juízo objetivando uma declaração judicial da inexigibilidade da contribuição e obteve, preliminarmente, o direito de compensar os montantes pagos em períodos anteriores com contribuições sociais da mesma natureza. Em decisão proferida em 20 de março de 2003, sobre recurso extraordinário impetrado por outro contribuinte, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, confirmando acórdão do TRF da 4ª Região, julgou que é constitucional a exigibilidade do SAT, bem como sua regulamentação. Conseqüentemente, a Administração, fundamentada em opinião de seus assessores legais, decidiu provisionar as compensações acumuladas, atualizadas monetariamente, as quais totalizam R\$103.488 em 31 de dezembro de 2003.

iii) Finsocial - Fundamentada em tutela cautelar liminar obtida, a Companhia compensou, em 2003, valores recolhidos a mais a título de Finsocial com valores mensais a serem recolhidos a título de Cofins. Em 31 de dezembro de 2003, uma provisão no montante de R\$102.176, correspondente às compensações efetuadas, foi constituída pela Companhia.

iv) Seguro de Acidente de Trabalho - SAT - A Companhia está questionando judicialmente a constitucionalidade da contribuição ao SAT incidente sobre a folha de pagamento e, baseada em decisões preliminares obtidas, suspendeu os recolhimentos no período de dezembro de 1999 a dezembro de 2003. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, montam a R\$70.310 em 31 de dezembro de 2003 e estão provisionados (R\$41.311 em 2002).

v) Fundo Aeroviário - FA - A Companhia está questionando judicialmente a constitucionalidade da contribuição ao Fundo Aeroviário - FA incidente sobre a folha de pagamento e, baseada em decisões preliminares obtidas, suspendeu os recolhimentos no período de dezembro de 1999 a dezembro de 2003. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, montam a R\$73.709 em 31 de dezembro de 2003 e estão provisionados (R\$40.555 em 2002).

vi) Programa de Integração Social - PIS - A Companhia, apoiada em tutela antecipada, por considerar inconstitucional os Decretos-leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, que alteraram as alíquotas e a forma de cálculo de valores do PIS recolhidos no período de outubro de 1988 a janeiro de 1992, obteve o direito de compensar os valores recolhidos com tributos da mesma natureza. Como resultado, uma provisão foi registrada, cujo montante, equivalente aos valores compensados atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2003 é de R\$33.078.

Além dos assuntos discutidos, para os quais foram registradas provisões para prováveis perdas, a Companhia está movendo contra os órgãos competentes a seguinte principal ação, que, na avaliação de

seus assessores legais, terá desfecho favorável e, portanto, não requerer o registro contábil de uma provisão:

- As empresas de aviação comercial estão discutindo no Supremo Tribunal Federal a forma de cobrança e a definição de alíquotas do ICMS incidente sobre transporte aéreo, a partir de 1º de janeiro de 1997. O Senado Federal fixou a alíquota de ICMS sobre transportes aéreos interestaduais em 4%, enquanto o Conselho Nacional da Política Fazendária - CONFAZ, através do Convênio nº 120/96, estabeleceu a alíquota de 12% para o mesmo tipo de transporte. A Companhia, enquanto discute judicialmente a alíquota aplicável, está adotando a decisão promulgada pelo Senado Federal.

Contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2003, a Companhia estava sujeita a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo total de R\$165.515. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado de R\$100.661 (R\$77.946 em 2002) é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Adicionalmente, a Companhia está envolvida em outros processos, todos decorrentes de suas operações habituais, os quais, na opinião da Administração, representam um risco baixo de materialização e não são passíveis de produzir, isoladamente ou no seu conjunto, um efeito relevante sobre a sua posição financeira ou os resultados das suas operações.

Créditos contingentes

Diferença tarifária - Fundamentada nos termos dos contratos de concessão de linhas aéreas, a Companhia está promovendo ação judicial contra a autoridade concedente, objetivando o ressarcimento de perdas decorrentes de insuficiência tarifária verificada no período de 1986 a 1991. A ação foi julgada favorável à Companhia em primeira e segunda instâncias e teve seu valor fixado em cerca de R\$2,3 bilhões e R\$1,4 bilhão, respectivamente, em cada uma dessas fases do processo.

A Companhia, até o momento, não reconheceu em suas demonstrações financeiras o referido crédito.

Crédito de ICMS - Em 12 de setembro de 1996, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a incidência do ICMS sobre serviços de transporte aéreo prestados no período compreendido entre maio de 1989 e dezembro de 1996. Conseqüentemente, a Companhia considerou indevidos os pagamentos do referido tributo por ela efetuados entre maio de 1989 e junho de 1994 e está promovendo ação judicial contra os Estados, objetivando o ressarcimento dos créditos que montavam a aproximadamente R\$1,5 bilhão em 31 de dezembro de 2003. Esse crédito só será reconhecido nas demonstrações financeiras no momento de sua efetiva realização.

20. CAPITAL SOCIAL

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2003, representado por ações sem valor nominal, está composto como segue:

Ações	Quantidade	Valor
Ordinárias	42.209.812	150.011
Preferenciais	27.716.721	98.503
	69.926.533	248.514

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 150.000.000 de ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará a espécie e a quantidade das ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de colocação.

De acordo com o estatuto social da Companhia, os acionistas titulares de ações de qualquer espécie têm o direito a dividendos de, no mínimo, 25% sobre o lucro líquido do exercício, computados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou 6% ao ano, não cumulativos, calculados sobre o capital global da espécie e rateados entre os respectivos titulares, caso seja maior que o dividendo mínimo. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, têm prioridade no reembolso do capital e dividendos 10%

maiores que os atribuídos aos detentores de ações ordinárias (artigo 17, inciso I, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 9.457/97). De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica (artigo 181, § 1º), as ações preferenciais em nenhuma hipótese adquirirão direito de voto e jamais poderão ser convertidas em ações ordinárias.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia têm sido determinados através de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para se produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2003, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros:

i) Disponível, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

O valor contabilizado aproxima-se do valor de realização.

ii) Investimentos

Consistem principalmente em controladas e coligadas, registrados pelo método de equivalência patrimonial, as quais têm interesse estratégico para as operações da Companhia. Considerações de valor de mercado não são aplicáveis.

iii) Empréstimos e financiamentos

Sujeitos a juros com taxas usuais de mercado, conforme descrito na nota explicativa nº 12. O valor estimado de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, utilizando taxas de juros médias praticadas pelo mercado para a emissão de débitos com vencimentos e termos similares, as quais podem não estar disponíveis para a Companhia devido à sua situação econômico-financeira. O valor estimado de mercado dos financiamentos, incluídas as parcelas de curto prazo, é o seguinte:

	Consolidado
	2003
Valor patrimonial	2.511.565
Valor de mercado	2.393.817

iv) Financiamentos de obrigações fiscais

As condições são similares às normas usuais para taxas de financiamento de impostos e não há diferenças materiais relacionadas com taxas de juros aplicadas a financiamentos de mesma natureza. O valor estimado de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, utilizando taxas de mercado disponíveis para operações similares. O valor estimado de mercado é o seguinte:

	Consolidado
	2003
Valor patrimonial	3.248.958
Valor de mercado	2.572.709

b) Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem contratado operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2003, a Companhia tinha R\$5.760.523 em empréstimos e financiamentos, cuja indexação está descrita a seguir:

	2003
Em moeda estrangeira:	
Juros fixos	599.282
Juros flutuantes (i)	590.127
Em moeda nacional:	
Juros flutuantes (ii)	4.571.114

(i) LIBOR para dólar norte-americano.

(ii) TJLP.

c) Risco com taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A estratégia da Companhia é proteger sua exposição aos riscos decorrentes da assunção de passivos denominados em moeda estrangeira com a parte de seu faturamento também denominada em moeda forte.

Está demonstrada a seguir exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2003, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos e das disponibilidades:

	Consolidado
	2003
Empréstimos e financiamentos:	
Real	4.571.114
Dólar norte-americano	1.189.409
Total (1)	5.760.523
Disponibilidades:	
Real	146.567
Dólar norte-americano	13.401
Total (2)	159.968
Exposição líquida (1 - 2):	
Real	4.424.547
Dólar norte-americano	1.176.008

d) Derivativos

São mantidas aplicações financeiras indexadas pela variação do dólar norte-americano para cobrir parcialmente os vencimentos futuros das dívidas na mesma moeda. Em 31 de dezembro de 2003, o montante das aplicações financeiras indexadas em moeda estrangeira é de R\$13.401. A Companhia não possuía derivativos com o propósito de especulação.

e) Risco de crédito

A Companhia pode incorrer em perdas com valores a receber oriundos de faturamentos por prestação de serviços de manutenção de aeronaves, serviços de transporte de cargas e vendas de bilhetes através de agentes de viagens e/ou vendas diretas. Para reduzir esse risco, é realizada análise de crédito dos devedores.

Para fazer face a possíveis perdas com crédito de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões, cujos montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura desse risco.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2003, os saldos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, para os quais não há prazo-limite para a utilização, são como segue:

Ano	Controladora		Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1994	86.863	236.934	86.863	236.934
1995	40.600	153.583	40.600	153.583
1996	-	23.692	-	23.692
1998	-	216.478	-	216.478
1999	31.761	38.836	31.761	38.836
2000	223.270	210.626	223.270	210.626
2001	-	-	82.575	82.575
2002	2.233.782	1.964.789	2.316.465	2.047.502
2003	2.400.026	2.288.668	2.422.593	2.311.235
	5.016.302	5.133.606	5.204.127	5.321.461

O imposto de renda e a contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado
	2003	2002	2003
Impostos diferidos ativos sobre:			
Prejuízos fiscais a compensar	1.254.076	681.535	1.301.032
Base negativa de contribuição social	462.025	284.676	478.932
	1.716.101	966.211	1.779.964
Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporais:			
Provisão para tributos amparados por liminar	345.635	569.336	346.607
Provisão para tributos	1.986	6.131	1.986
Provisão para devedores duvidosos	49.429	33.257	57.466
Provisão para revisão e reparo de aeronaves	14.369	40.479	14.830
Provisão para o Programa Smiles	65.400	70.637	65.400
Provisão para ajuste de estoque	566	567	1.885
Provisão para participação nos resultados	5.864	10.200	5.864
Outras provisões temporariamente indedutíveis	108.749	61.497	112.200
	591.998	792.104	606.238
Impostos diferidos passivos sobre diferenças temporais:			
Variação cambial diferida	-	-	(364)
Reserva de reavaliação	-	-	-
	-	-	(364)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos	2.308.099	1.758.315	2.385.838
Menos- Créditos não reconhecidos	(2.308.099)	(1.758.315)	(2.385.838)
Impostos diferidos ativos, líquidos	-	-	-
Créditos (débitos) no resultado do exercício	-	-	-

23. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

A Companhia e suas controladas, exceto a PLUNA Líneas Aéreas Uruguayas S.A., são patrocinadoras do Instituto Aerus de Seguridade Social ("Aerus"), através do plano de aposentadoria complementar.

Em 10 de setembro de 2002, o Aerus enviou à Secretaria de Previdência Complementar pedido de alterações nos regulamentos dos planos de benefícios por ele administrados e patrocinados pela Companhia. As alterações, que foram aprovadas em 5 de setembro de 2002 pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria Executiva do Aerus, têm como objetivos principais o equacionamento do déficit técnico e a adequação das contribuições das patrocinadoras às suas situações econômico-financeiras.

As principais alterações nos regulamentos que foram aprovadas pela Secretaria de Previdência Complementar e passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2003 referem-se a redução das contribuições das patrocinadoras, isenção de suas responsabilidades para a cobertura de eventuais déficits futuros e uniformização dos Planos I e II, que passam a ser na modalidade de contribuição definida. A cobertura da Provisão Matemática a Constituir das patrocinadoras que tiveram as alterações regulamentares aprovadas através dos Ofícios SPC/CGAJ nº 2.035 e nº 2.083, de 3 de dezembro de 2002 e 12 de dezembro de 2002, respectivamente, será garantida através de contrato de dívida firmado entre as patrocinadoras e o Aerus. As alterações nos planos foram elaboradas de acordo com o artigo 17 da Lei Complementar nº 109, que estabelece que "as alterações processadas nos regulamentos dos planos aplicam-se a todos os participantes das entidades fechadas, a partir de sua aprovação pelo órgão regulador e fiscalizador, observando o direito acumulado de cada participante".

O plano patrocinado pela Companhia a seus funcionários é o Plano II - Contribuição Definida, como segue:

- Plano II - Contribuição Definida

O plano de benefício atende 10.420 participantes ativos (consolidado - 15.510), 5.121 aposentados (consolidado - 5.181) e 1.033 pensionistas (consolidado - 1.036) da Companhia. Esse plano é viabilizado através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pela patrocinadora, que são creditadas em contas individuais dos participantes.

As contribuições dos participantes são como segue:

- Contribuição básica - corresponde a um percentual escolhido pelo participante, aplicado sobre o salário de participação.
- Contribuição adicional - o participante pode efetuar contribuições esporádicas, para o fundo do plano, em seu próprio nome.

Adicionalmente, os benefícios do plano serão custeados por meio de receitas de aplicações do patrimônio, dotações, doações, subvenções, legados, rendas e outros pagamentos de qualquer natureza.

As contribuições da patrocinadora são como segue:

- Contribuição básica - contribuição opcional, através de um percentual definido pela patrocinadora, podendo ser zero, que incidirá sobre a contribuição básica do participante.
- Contribuição adicional - a patrocinadora poderá efetuar contribuições adicionais em nome dos participantes.

Em adição às contribuições mencionadas, a patrocinadora efetuará contribuições destinadas à cobertura dos benefícios de risco alocadas em conta coletiva. A patrocinadora também assumirá o custeio relativo à cobertura do Compromisso Especial, ou seja, o direito acumulado dos participantes calculado através da reserva matemática ou do montante atualizado das contribuições dos participantes necessário para cobrir os custos de aposentadoria, dos dois o mais favorável a estes.

As despesas administrativas do plano serão de responsabilidade da patrocinadora, não podendo ultrapassar o produto de 15% das contribuições mensais dos participantes e da própria patrocinadora.

Os benefícios previstos no novo regulamento serão ajustados com base no INPC-IBGE.

Para cada participante são mantidas três contas individuais da seguinte forma:

- Conta de participante - formada pelas contribuições básicas e adicionais efetuadas pelos participantes.
- Conta de patrocinadora 1 - formada pelo aporte do valor relativo ao Direito Acumulado (direito dos participantes inscritos no Aerus com data anterior à aprovação do novo regulamento), calculado atuarialmente com base nos dados dos participantes na data de entrada em vigor do novo regulamento, segundo as regras vigentes até o dia imediatamente anterior. Nos casos em que ocorrer transferência do participante para outro plano de benefícios administrado pelo Aerus, o saldo da conta de patrocinadora 1 será deduzido da parcela ainda não integralizada do Direito Acumulado.
- Conta de patrocinadora 2 - formada pelas contribuições básica e adicional da patrocinadora.

Durante o exercício de 2003, a Companhia e suas controladas efetuaram contribuições ao plano no montante de R\$9.670 (R\$10.279 em 2002).

Em adição aos benefícios dos planos descritos, a Companhia e suas controladas oferecem aos seus empregados, ativos e aposentados, a utilização não onerosa para os participantes dos serviços dos seus centros de assistência médica. Os custos de manutenção desses benefícios, que são reconhecidos no resultado quando incorridos, montaram a R\$13.085 em 2003 (R\$22.840 em 2002).

b) Contabilização de planos de pensão

A Companhia e suas controladas optaram por registrar os passivos atuariais referentes ao plano que patrocinam a partir de 1º de janeiro de 2002 em cinco anos, conforme facultado pelo artigo 84 da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. Na avaliação atuarial do plano foi adotado o método do crédito unitário projetado, utilizando para elaboração da avaliação atuarial dos benefícios oferecidos os dados dos participantes posicionados em 30 de junho de 2003 e dos ativos do plano posicionados em 31 de dezembro de 2003. O rateio dos ativos do plano foi feito com base no passivo atuarial da Companhia em relação ao passivo atuarial total do plano.

Na determinação do valor justo dos ativos foram excluídos os valores que representam direitos contra a patrocinadora relativos a contribuições não pagas e empréstimos no montante de R\$936.695 (R\$742.093 em 2002). Desse montante, foram transferidos para as empresas relacionadas VARIG Participações em Transportes Aéreos S.A. e VARIG Participações em Serviços Complementares S.A. os montantes de R\$250.997 e R\$296.657, respectivamente (R\$214.787 e R\$253.721 em 2002), como resultado da cisão da Companhia efetuada em 2000, e o restante está registrado na rubrica "Empréstimos e financiamentos". Como a Companhia é responsável solidária pelas dívidas transferidas às empresas relacionadas e, considerando-se a existência de contratos de mútuo entre essas empresas e a Companhia, em 31 de dezembro de 2003 a Companhia reassumiu as dívidas para com o Aerus, anteriormente cindidas, compensando, até o montante aplicável, essa reassunção com os saldos de mútuo a pagar.

Os direitos contra a patrocinadora referem-se a instrumento financeiro não transferível emitido pela patrocinadora, que foi excluído da determinação do valor justo dos ativos do fundo.

Demonstramos a seguir a composição da provisão para o plano de aposentadoria em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, bem como informações adicionais:

i) Conciliação dos ativos e passivos

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Total do passivo atuarial	(2.358.989)	(2.213.304)	(2.378.723)	(2.304.107)
Valor justo dos ativos	421.077	544.693	426.805	553.299
Valor presente das obrigações atuariais descobertas	(1.937.912)	(1.668.611)	(1.951.918)	(1.750.808)
Valor líquido das perdas não reconhecidas	406.651	467.072	409.594	473.833
Valor do custo do serviço passado apurado na transição do plano	324.661	432.881	332.153	439.345

Valor do custo do serviço passado apurado na alteração do plano	59.086	(4.150)	59.858	63.547
	(1.147.514)	(772.808)	(1.150.313)	(774.083)
Assunção de obrigações anteriormente registradas nas empresas relacionadas por cisão: (*)				
VARIG Participações em Transporte Aéreos S.A.	-	214.787	-	214.787
VARIG Participações em Serviços Complementares S.A.	-	253.721	-	253.721
Passivo reconhecido no balanço patrimonial	(1.147.514)	(304.300)	(1.150.313)	(305.575)

(*) A assunção de obrigações está registrada na nota explicativa nº 12.b).

ii) Despesa prevista para 2004 e real para 2003

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Custo do serviço corrente	3.856	2.356	4.630	3.128
Custo dos juros sobre obrigações atuariais	301.750	284.245	304.363	296.369
Rendimento esperado dos ativos	(42.583)	(60.682)	(43.415)	(61.797)
Amortização da perda	11.202	34.226	11.357	34.522
Amortização do custo do serviço passado na transição do plano	108.220	108.220	109.989	114.206
Amortização do custo do serviço passado na alteração do plano	3.639	(578)	3.689	(528)
	386.084	367.787	390.613	385.900

iii) Premissas atuariais

	2003		2002	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	8,00%	13,40%	8,00%	13,40%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	8,00%	13,40%	8,00%	13,40%
Taxa de crescimento salarial estimado	2,00%	7,10%	2,00%	7,10%
Taxa de reajuste de benefícios	-	5,00%	-	5,00%
Taxa de inflação esperada	-	5,00%	-	5,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral	GAM 1971 modificada	GAM 1971 modificada	GAM 1971 modificada	GAM 1971 modificada

A Companhia é parte, em conjunto com outras Empresas do Grupo, de um contrato de responsabilidade solidária pela recompra de 12.384.150 cotas da Amadeus Brasil Ltda., avaliadas em R\$12.937, oferecidas como garantia pelo atraso no pagamento das contribuições de patrocinadoras não relacionadas ao Grupo FRB-Par.

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Os principais componentes das outras despesas operacionais, líquidas são:

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Atualização de valores de tributos não recolhidos anteriormente, por força de ações em andamento para sua inclusão no PAES	(1.036.676)	-	(1.036.676)	-

Provisão para contingências	(452.165)	(930.902)	(452.165)	(930.902)
Provisão para perdas contratuais	-	(134.387)	-	(134.387)
Baixas de créditos sobre opção de compras de aeronaves	-	(78.160)	-	(78.160)
Baixa de créditos sobre manutenção de aeronaves	-	(61.773)	-	(61.773)
Passivo atuarial - Aerus	(168.044)	(42.775)	(172.015)	(44.050)
Gastos com reestruturação de frota	(19.138)	(6.750)	(19.138)	(6.750)
Reorganização de empresas relacionadas	(67.902)	-	(67.902)	-
Outras despesas	(246.916)	(37.833)	(248.787)	(57.299)
	(1.990.841)	(1.292.580)	(1.996.683)	(1.313.321)

25. SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

26. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

Em 28 de dezembro de 2001, a Companhia e a The Boeing Company - TBC assinaram um Acordo de Arrendamento e Financeiro ("Lease and Financing Agreement") confirmando as condições do Memorando de Entendimentos assinado em dezembro de 2001, com o objetivo de reestruturar certos contratos de arrendamento de aeronaves.

As principais condições ratificadas pelo Acordo são:

- Compra pela TBC de certas aeronaves.
- Assunção pela TBC de direitos e obrigações da Companhia, estabelecidos em certos contratos de arrendamento de aeronaves.
- Arrendamento pela TBC à Companhia de certas aeronaves que foram objeto de venda nessa negociação.
- Modificação das condições financeiras de contratos de arrendamento para refletir as atuais condições de mercado.

A Companhia também concordou em adquirir ou arrendar um certo número de aeronaves Boeing durante um determinado período de tempo. Conforme estabelecido no Memorando de Entendimentos, como garantia das operações efetuadas a Companhia emitiu uma nota promissória em favor da TBC no valor de US\$119 milhões, com juros trimestrais baseados na taxa interbancária de Londres - LIBOR acrescidos de 4% ao ano sobre o principal, a qual somente se tornará exigível caso a aquisição ou o arrendamento de aeronaves não se concretizem.

O Acordo inclui certas cláusulas restritivas, principalmente com relação à aquisição de aeronaves, inadimplência nos pagamentos de obrigações, pedido de concordata, paralisação das operações regulares de transporte aéreo, venda de bens do ativo e mudanças significativas no controle acionário da Companhia.

2003 - Relatório Anual

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da "VARIG", S/A (Viação Aérea Rio-Grandense) no cumprimento de suas obrigações estatutárias e legais, em reunião realizada em 29.03.04, para analisar as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003, decidiu examinar e dar parecer sobre citadas demonstrações.

Assim, foram examinados o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados e a Demonstração da Origem e Aplicação de Recursos, bem como as notas explicativas ao exercício de 2003. Diante disso, baseado nas análises dos balancetes trimestrais e no Parecer dos Auditores Independentes, este Conselho Fiscal é de parecer que as referidas demonstrações refletem a situação financeira, a estrutura patrimonial e os resultados das atividades e, em decorrência, opina pela aprovação das citadas demonstrações pela Assembléia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 29 de Março de 2004.

João Carlos Hopp

Geraldo Gianini

Fabício Nedel Scalzilli